



16º Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais

Tema: “40 anos da “Virada” do Serviço Social”

Brasília (DF, Brasil), 30 de outubro a 3 de novembro de 2019

Eixo: Questões Agrária, Urbana, Ambiental e Serviço Social.

Sub-Eixo: Ênfase em Questão Urbana.

O PROCESSO DE URBANIZAÇÃO E FAVELIZAÇÃO NO MUNICÍPIO DE FLORIANÓPOLIS/SC: OS DESAFIOS FRENTE O TRABALHO TÉCNICO SOCIAL DE ASSISTENTES SOCIAIS NA POLÍTICA HABITACIONAL

Marina Feltrin Dambros¹

Resumo: O trabalho pretende contribuir para a discussão sobre o processo de urbanização e favelização em Florianópolis/SC, bem como levantar o debate acerca dos sujeitos que são marginalizados pela política habitacional e o papel do Serviço Social no sentido de promover ações que assegurem o direito à moradia. Visa elucidar o leitor sobre como se deu a política habitacional no município, os principais aspectos do processo de ocupação do território, sob a perspectiva do trabalho técnico social com vistas à ampliação do espaço de atuação profissional nas políticas públicas, seus desafios e possibilidades no enfrentamento das expressões da questão social.

Palavras-Chave: Política Habitacional. Urbanização. Serviço Social.

Abstract: The paper intends to contribute to the discussion about the process of urbanization and slum upgrading in Florianópolis / SC, as well as to raise the debate about the subjects that are marginalized by the housing policy and the role of Social Work in the sense of promoting actions that ensure the right to housing. It aims to elucidate the reader about the housing policy in the municipality, the main aspects of the territorial occupation process, from the perspective of social technical work with a view to expanding the scope of professional action in public policies, their challenges and possibilities in coping of the expressions of the social question.

Keywords: Housing Policy. Urbanization. Social Work.

INTRODUÇÃO

O objetivo deste trabalho é elucidar como se deu a política habitacional no município de Florianópolis, pontuando os principais aspectos do seu processo de ocupação de seu território, sob a perspectiva do trabalho técnico social desenvolvido por Assistentes Sociais no Município.

De acordo com dados do IBGE (2010), Florianópolis tem uma população de 421.240 habitantes. Conforme coloca Silva (2008, p. 26), o processo de migração e de expansão dos assentamentos precários se configurou preocupante a partir da década de setenta do século passado, em que foi registrado um crescimento acelerado e desordenado da cidade, em virtude principalmente da implantação de grandes obras viárias, instalação de sedes de empresas estatais, universidades públicas assim como o próprio êxodo rural. “Nesse período, a municipalidade começou a promover levantamentos, solicitar recursos e

¹ Profissional de Serviço Social, Ministério Público de Santa Catarina, E-mail: mfdambros@mpsc.mp.br.

desenvolver projetos pontuais para atender as pressões dos movimentos sociais” (SILVA, 2008, p. 26). Ribeiro (2005) citado por Silva (2008, p.26), vai analisar a questão da migração para a faixa litorânea do estado, mais especificamente na Região da Grande Florianópolis da seguinte forma:

[...] a questão da migração campo-cidade agrava ainda mais o já conturbado espaço urbano. É bom lembrar que estes municípios litorâneos funcionam como ponto de chegada para estes fluxos migratórios do oeste, meio-oeste e planalto. Estas pessoas vão para onde há trabalho e tentam se inserir nas franjas da economia urbana: a informalidade (grifos do autor).

Miranda (2010) destaca que uma parcela deste percentual de moradores residentes não naturais de Florianópolis corresponde ao morador de baixa renda. Este percurso, desde a expulsão do meio rural até a chegada à cidade e o estabelecimento nas áreas de pobreza, sofre a influência de uma série de fatores, entre os quais o fator econômico possivelmente é o que exerce maior impacto. É interessante destacar que, na década de 1980, a relação com o turismo passou a adquirir “relevância econômica e a constituir outro fator de crescimento do município, gerando centros urbanos nos balneários, principalmente na costa leste/norte” (SILVA, 2008, p. 26). Destaca-se que esse processo da urbanização na capital de Santa Catarina, de acordo com Ribeiro (2005), será caracterizado como “sem controle, não preservada, que envolve poluição e esgoto in natura porque não tem infraestrutura em sintonia com o crescimento da população”. Acerca do processo de urbanização, vão se formando também os chamados aglomerados subnormais, definição atribuída às favelas pelo último Censo do IBGE em 2010. Com isso, Miranda (2010, p. 33) explicita que:

O período que compreende a década de 70 e o início da década de 90, quando o fluxo migratório é mais intenso na região da grande Florianópolis, coincide com a formação e crescimento de uma série de favelas. Podemos citar, entre elas, as favelas da parte do continente, nas margens da via expressa, acesso de entrada principal da cidade e seu entorno. Na parte insular estão as favelas da parte central do maciço do Morro da Cruz, no centro de Florianópolis, que se instalaram e se expandiram principalmente a partir dos anos 80.

Infere-se, a partir da análise da conjuntura, que o crescimento demográfico da região conturbada num curto espaço de tempo, em consonância com as políticas habitacionais de proporções insuficientes dos últimos anos acabou propiciando o crescimento e a expansão das favelas. Até o início dos anos 1990, Florianópolis tinha 43 favelas e de acordo com Miranda (2010), cerca de 15 anos depois, Florianópolis vai apresentar 64 favelas, somando um número de 13.231 habitações, o que representa 13% do total das famílias. São cerca de 51 mil pessoas do município morando nesses aglomerados (MIRANDA, 2010). Destas 51.601 pessoas, 18.884 residem na Região Central de Florianópolis. Com relação ao processo de ocupação desordenada dos aglomerados subnormais na área urbana de Florianópolis, Miranda (2010, p. 39) vai afirmar que:

A ocupação dos espaços de pobreza em áreas ambientalmente frágeis e de riscos, tais como ocorre nas encostas do maciço central, na Costeira do Pirajubaé (sul da Ilha), na bacia do Saco Grande (norte da Ilha), nos mangues (como o do Rio Tavares, no sul da Ilha) e nas dunas (como as dos Ingleses, no norte da Ilha) é uma característica marcante de favela. Outra característica importante está relacionada às condições de precariedade desses assentamentos. A espontaneidade do processo de ocupação, impondo um desenho caótico e fora dos padrões urbanísticos mínimos aceitáveis, a precariedade da infraestrutura básica (água, esgoto, energia elétrica e drenagem) e a rusticidade e densidade das habitações são típicos e visíveis em praticamente todos os espaços de pobreza da capital. Todas estas questões, que caracterizam favelas no Brasil inteiro, também estão presentes nos espaços de pobreza de Florianópolis.

Uma questão curiosa sobre estes espaços urbanos, é que uma de suas principais características geográficas é o fato de se localizarem em torno do centro da cidade, contrariando os processos de favelização comumente encontrados nas periferias de outras cidades brasileiras, conforme estudos realizados. Das 64 áreas de aglomerados subnormais de Florianópolis, a grande maioria se localiza em áreas sujeitas a escorregamentos, que são as favelas localizadas em encostas. Elas envolvem ao todo os 35 espaços de pobreza (MIRANDA, 2010).

Via de regra, esses assentamentos estão localizados em áreas onde o mercado imobiliário não se estabelece, como em Áreas de Preservação Permanente (APP), bem como resultado da ocupação de áreas públicas ou privadas. Isso vai provocar a criação de um mercado informal de solo urbano de compra, venda e aluguel de imóveis ou terras. O crescimento do mercado informal de terra vem se transformando na principal forma de acesso dos pobres à moradia em Florianópolis e nas demais cidades brasileiras. Essa situação, da informalidade e do desconhecimento sobre o mercado informal de terras vai se tornar um desafio para a estruturação de políticas públicas habitacionais nas cidades brasileiras pelos agentes públicos e parceiros como a sociedade civil e entes privados.

Essa preocupação, conforme determinam a Constituição Federal de 1988 e o Estatuto da Cidade, é de encargo dos municípios o protagonismo na elaboração e aplicação de instrumentos de política urbana que façam cumprir a função social da propriedade e o direito constitucional à moradia digna.

Segundo Alfonsin (2006), no Brasil cerca de 30 a 50% das famílias moradoras dos territórios urbanos moram sob algum nível de irregularidade, quer em áreas de ocupação irregular, loteamentos clandestinos, irregulares e casas sem *Habite-se*. Em Florianópolis o contexto é semelhante, pois se apresentam padrões de ocupação desordenada e sem parâmetros urbanísticos, com assentamentos em áreas públicas e privadas, de preservação ambiental, como mangues, dunas, encostas e topos de morros, constituindo-se 64 áreas de interesse social.

Para tanto, este trabalho é composto por quatro partes, sendo elas: esta introdução, trazendo dados sobre a ocupação do território, um primeiro item em que se discute as

respostas da Gestão Municipal frente às demandas por Políticas Habitacionais, outro em que se apresenta o Trabalho Técnico Social de assistentes sociais e por fim, as considerações finais.

AS RESPOSTAS DA GESTÃO MUNICIPAL FRENTE ÀS DEMANDAS POR POLÍTICAS HABITACIONAIS

Conforme documento do município que trata da Política Habitacional de Florianópolis (2000), a primeira intervenção da Prefeitura Municipal de Florianópolis (PMF) data da década de 1970, com o Projeto SAPÉ, que por falta de estrutura de pessoal e operacional acabou sendo assumido pela COHAB/SC. Será somente ao final da década de 1980, por conta da pressão social e mobilização popular de movimentos ligados à moradia que o poder público intervirá novamente na questão habitacional. Nesse período, mais precisamente entre 1989 e 1992 os projetos visavam à regularização da posse de terra com o loteamento Jardim Ilha Continente, em Capoeiras, que atendeu 144 famílias e o loteamento Nova Esperança, com 50 unidades habitacionais. Em 1996 foi iniciado o projeto habitacional com 16 moradias na Vargem do Bom Jesus, nos Ingleses, hoje conhecido por Vila União.

Sob alguns aspectos, a Política Habitacional ou Urbana de Florianópolis e das demais cidades do País, obtiveram aprovação somente no ano de 2001, com a criação do Estatuto da Cidade, que vai impor a todos os municípios a implementação de seus dispositivos até cinco anos após a publicação da Lei. Entretanto, anterior a esse período, ainda em 1989, a Capital já havia instituído o Fundo Municipal de Habitação e Integração Social, visando encaminhar ações relativas à política habitacional, dando início ao Plano Integrado de Habitação Popular para a região conurbada de Florianópolis, que foi elaborado pelo Instituto de Planejamento Urbano de Florianópolis – IPUF na época, conforme expõe Justino (2011).

Na década de 1990, mais precisamente com a destituição de Collor e a posse da administração de Itamar Franco há uma busca pela mudança dos rumos da política habitacional, em especial no que se refere à classe de baixa renda, por meio de programas “Habitar Brasil” (HB) e “Morar Município” que acontecem paralelamente ao Sistema Financeiro de Habitação, de acordo com Azevedo (1996).

Em relação à produção de casas populares, Itamar Franco lançou nos municípios de mais de 50 mil habitantes – inclusive no município de Florianópolis – o Programa “Habitar Brasil”. Azevedo (1996) afirma que o financiamento federal para o programa, junto com o “Morar Município” – destinado a municípios menores – estava estimado em 100 mil dólares

para o ano de 1993, que previa verbas orçamentárias e parte dos recursos arrecadados pelo Imposto Provisório de Movimentações Financeiras (IPMF).

Com a implementação do Programa HB na parte continental de Florianópolis em 1997, é criada a Secretaria Municipal de Habitação, Trabalho e Desenvolvimento Social – Divisão de Ação Comunitária que passa a desenvolver ações sociais articulando com a questão habitacional. O Programa HB acabou por não conseguir sanar as demandas da região contemplada, e, com vistas a atender os demais assentamentos subnormais, o município firma convênio com a União, aproximadamente em 1998 a 2000, para implementação do Programa Habitar Brasil BID (HBB), a princípio na região continental Chico Mendes e, posteriormente, em 2001, na região central, na comunidade do Morro do Mocotó (JUSTINO, 2011).

Na comunidade Chico Mendes através do HB foram entregues 146 unidades habitacionais, havendo também obras de infraestrutura e construção de equipamentos sociais

como quadras de esportes, parque infantil e espaços comunitários, conforme consta nos documentos da SMHSA. Já com o Programa HBB foram edificadas 365 habitações na mesma comunidade do Bairro Monte Cristo. A Secretaria coordenou projeto na comunidade Panaia, localizada no sul da Ilha de Florianópolis atendendo 37 famílias, focando na intervenção urbanística e regularização jurídica das propriedades. Na comunidade de Boa Vista, o Projeto de Habitação e Urbanização favoreceu 43 famílias beneficiadas com infraestrutura e moradias. Iniciando por volta de 2007, o Projeto Maciço do Morro da Cruz/PAC, sem dúvidas, um dos projetos de maior vulto desenvolvido pela Secretaria, em que vem atendendo 16 comunidades, com grande amplitude em termos de aplicação de recursos, população atendida e equipe técnica envolvida. Previu-se atender 438 famílias beneficiárias de uma unidade habitacional. Por fim, um dos mais recentes projetos municipais, a implementação do Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV), com um empreendimento para 88 famílias da Ponta do Leal e outro empreendimento para contemplar demanda aberta, localizado no Bairro Jardim Atlântico na área continental de Florianópolis, onde beneficia 78 famílias de baixa renda. Com a missão de "Qualificar e integrar os espaços urbanos, priorizando as intervenções em assentamentos precários e em saneamento, buscando a sustentabilidade econômica, ambiental e social" (Secretaria de Infraestrutura, 2008), os projetos de cunho urbanístico e habitacional são desenvolvidos na Diretoria de Habitação, sendo que o corpo de profissionais de Serviço Social se localiza na Gerência de Mobilização e Articulação Comunitária, sendo foco do próximo item.

O TRABALHO TÉCNICO SOCIAL DE ASSISTENTES SOCIAIS

O trabalho social, inserido na política urbana, indica o envolvimento da mediação entre as instituições públicas e os usuários do espaço urbano segregado, conforme Blank (2005). A autora coloca que, nos assentamentos subnormais, a intervenção do trabalho social tende a ser instrumental tanto na remoção quanto na urbanização, que visa focar a facilitação dos arranjos territorial (regularização fundiária), urbanístico (embelezamento) e infraestrutural (saneamento, lazer, vias de comunicação, creches, escolas etc.), bem como nas já tradicionais atividades de ação educativa e assistencial. A origem do trabalho social nos programas habitacionais do Governo Federal, conforme traz Blank (2005), remonta a década de 1970 no BNH, com o denominado subprograma Desenvolvimento de Comunidades.

A inserção do trabalho social nos projetos habitacionais públicos com recursos de BIRD/FGTS é realizada a partir da década de 1990, precisamente em 1995, no espaço sócio institucional da Caixa Econômica Federal. Em 2000 um importante passo para a conquista a categoria profissional é dado nos municípios, com a incorporação aos itens de investimento dos projetos habitacionais um valor específico para o trabalho social. Isso faz com que seja efetivada uma maior estruturação do Trabalho Técnico Social dentro da Caixa, estabelecendo um conjunto de parâmetros que fundamentam a atuação (BLANK, 2005, p. 170).

A partir desses parâmetros é possível viabilizar o objetivo e as diretrizes do Trabalho Técnico Social dos profissionais em Serviço Social. O principal objetivo, promovido através de seus programas de desenvolvimento urbano é o de “desenvolver um conjunto de atividades de caráter informativo, educativo e de promoção social, visando o desenvolvimento comunitário e a sustentabilidade do empreendimento/projeto”, conforme Blank (2005, p. 170). As suas principais diretrizes são:

- apoio à organização social e incentivo aos processos participativos;
- incentivar a autonomia da população por meio da utilização de metodologias participativas;
- atuação integrada em equipes multidisciplinares;
- estímulo às ações em parceria com outras instituições públicas, governos, entidades sem fins lucrativos e/ou empresas privadas;
- incentivo à articulação dos atores institucionais na promoção da integração de Programas e Políticas Públicas (BLANK, 2005, p. 170).

A Gerência de Mobilização e Articulação Comunitária subordinada à Diretoria de Habitação da Secretaria Municipal de Infraestrutura, objetiva viabilizar o acesso aos direitos sociais, principalmente à questão da moradia, fundamentando-se em bases democráticas elucidadas pela participação social. O exercício do trabalho da/o assistente social dentro da Secretaria é interdisciplinar e se pauta na Política Nacional de Habitação. As ações que vem

sendo efetivadas atualmente pelos profissionais de Serviço Social consistem basicamente em projetos de regularização urbanística e fundiária em Áreas de Interesse Social do Município. A ação do Serviço Social nestes projetos segue basicamente as mesmas diretrizes e se estruturam em torno de três formas de abordagens fundamentais: Mobilização e Organização Comunitária (MOC), Educação Sanitária e Ambiental (ESA) e Geração de Trabalho e Renda (GTR), ações previstas no Trabalho Técnico Social dos programas do Ministério do Desenvolvimento Regional e Caixa.

De acordo com Vígolo (2010), a prática desenvolvida pelo Serviço Social inserido na Secretaria é a mais diversa possível, em que as ações e instrumentais são compostos por: acompanhamento das famílias beneficiárias dos Projetos; interação com entidades organizativas, principalmente associações de moradores; elaboração e distribuição de materiais socioeducativos com a participação da comunidade; visitas domiciliares e técnicas; organização e coordenação de reuniões comunitárias; registro documental; elaboração de pareceres sociais; desenvolvimento de ações articuladas com a rede de intervenção; elaboração de relatório mensal e avaliação das atividades desenvolvidas; acompanhamento no processo de remoção das famílias para as unidades habitacionais; articulação de parcerias para a execução de atividades e eventos previstos; dentre outras intervenções.

O objetivo do Trabalho Técnico Social é o de promover a participação da população na execução das obras de urbanização, habitação e ações sociais, com vistas à apropriação das benfeitorias e a sustentabilidade dos serviços implantados, destacando o papel das comunidades como protagonistas do processo, conforme consta no documento Subprojeto de Trabalho Técnico Social (2007). Entretanto, os desafios são perceptíveis, conforme aponta Dambros (2014). Percebe-se uma dificuldade para o cumprimento dos objetivos propostos de participação da população, pouco tem se discutido com a população acerca do déficit habitacional ou a política de habitação no município. O que se verifica também é uma ausência de ações que visem o fortalecimento e mobilização das famílias beneficiárias do Aluguel Social que incentivem processos de participação.

Além das observações realizadas, a autora Blank (2005) destaca como principais dificuldades e problemas encontrados para o desempenho do trabalho dos assistentes sociais: a descontinuidade administrativa; o pouco tempo disponível e a baixa qualificação das equipes técnicas sociais designadas para o trabalho; pouco interesse do poder público no trabalho desempenhado pelo Serviço Social, com total subordinação desde aos interesses políticos e assistencialistas; falta de integração das equipes social e de engenharia, isto é, entre áreas técnicas; descontinuidade dos trabalhos sociais quando há atraso ou paralisação das obras de infraestrutura.

Nesses casos, existe uma verdadeira involução das ações coletivas e o retorno das obras raramente ocorre no mesmo ritmo dos trabalhos sociais, pois as pessoas sentem-se desmotivadas e não acreditam mais no andamento e término do projeto. Conforme Dambros (2014), os principais entraves que interferem no desempenho da qualidade do trabalho profissional do assistente social são: a questão dos atrasos nas obras das unidades habitacionais, a descontinuidade administrativa e as interferências político-partidárias e assistencialistas, fatores que podem inclusive desmotivar a equipe e inviabilizar o trabalho de incentivo à participação da comunidade como as Reuniões de Trecho, os Comitês Locais de Obras etc. Isso infere que, apesar das famílias que recebem o benefício do Aluguel Social possuírem melhores condições de habitabilidade e qualidade de vida que outrora, ainda assim pouco se percebe a participação social e democrática nos espaços do poder público.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Dambros (2014) destaca que não somente fatores relacionados ao lucro das empresas terceirizadas e às amarras da ineficiência burocrática que vão influenciar no déficit habitacional, mas também a relação de negação histórica do Estado em atender de forma mínima às demandas sociais provocadas pela urbanização sem o devido suporte à população. A especulação imobiliária atrelada à ausência de políticas públicas e fiscalização mais eficazes acelera esse quadro propulsor das ocupações irregulares. A dívida social acumulada no Brasil em relação à carência habitacional impressiona.

Apesar dos avanços conquistados com a Constituição Federal de 1988, com o Estatuto da Cidade, com a criação do Ministério das Cidades, hoje chamado de Ministério do Desenvolvimento Regional, e a maturidade das políticas públicas urbanas e habitacionais, ainda nos defrontamos com os desafios impostos pelo capital econômico-financeiro para a superação do déficit habitacional. Isso sem contar com a superação das demais expressões da questão social que estão atreladas aos aspectos do acesso à moradia como a precarização do trabalho, o desemprego, achatamento do Estado na execução de políticas sociais, dentre tantas outras.

A questão habitacional, umbilicalmente vinculada à questão do solo urbano, necessita de políticas públicas fundiárias que estimulem a diminuição da especulação e promova incentivos de acesso à terra. Com isso, o Estado pode desempenhar papel não negligenciável na melhoria das condições de moradia das populações de baixa renda, em especial àquelas famílias que gastam considerável percentual de sua renda mensal com o pagamento de aluguéis, como afirma Azevedo (1996).

Atualmente, com os avanços destacados anteriormente, temos políticas que instituem as ZEIS e o PMHIS, instrumentos da política urbana que tendem a ser aperfeiçoados para cumprir com seu papel de propiciar o acesso à terra e moradia digna às populações de baixa renda, inserindo-se nos espaços urbanos formais das cidades. Surgem no intuito de fomentar a diminuição das mazelas sociais.

Sob este aspecto, deve-se pensar na integralidade e intersectorialidade das políticas públicas, uma tendência cada vez mais recorrente na democracia brasileira para a efetivação e garantia dos direitos sociais. Quer dizer, de nada irá adiantar implementar políticas, planos, programas e projetos habitacionais se os mesmos não estiverem conectados com as outras demandas da sociedade. A partir daí que insurge o papel do Serviço Social como categoria profissional que contribui para a população lutar por políticas públicas mais condizentes com as necessidades sociais. É sabido, em vista disso, que as políticas públicas não podem ser fragmentadas ou isoladas. Nesse intento, o papel do assistente social no enfrentamento da expressão da questão social do déficit habitacional e na atuação no âmbito das políticas públicas relacionadas ao acesso à moradia deve ser de cumprir com a mobilização, articulação e organização da população usuária.

Silva e Silva (1995, p. 148) destaca que os assistentes sociais, no exercício da prática profissional, se “defrontam com demandas dos setores desorganizados expressas pela busca do atendimento de necessidades imediatas”. É o imediatismo que pode comprometer com a atuação do assistente social frente às demandas sociais mais amplas. Para além do Trabalho Técnico Social, coube aqui refletir como o Serviço Social pode se inserir na articulação de políticas públicas. Assim como, ao mesmo tempo, trabalhar com os movimentos sociais no desenvolvimento da política habitacional do Estado, assegurando a autonomia destes movimentos e o avanço das lutas populares em geral, em particular pela moradia. Na sociedade contemporânea capitalista, a moradia é visada como mercadoria, tornando-se cada vez mais cara e de difícil aquisição pelas classes trabalhadoras e de baixa renda, cujo empobrecimento vem se aprofundando em consequência da política econômica do governo, do arrocho salarial e desemprego, conforme colocam Abramides e Cabral (1987).

Ao assistente social, no desenvolvimento do trabalho de assessoria às populações, cabe contribuir no sentido de esclarecer como se dá a relação do Estado com o mercado, da explicitação das contradições e as expressões da questão social, incentivando a organização autônoma popular.

As alternativas destacadas podem, conforme Abramides e Cabral (1987) se tornar mecanismos de preparação da população de baixa renda para as lutas contra o capital imobiliário, que faz da construção da cidade a sua principal fonte de lucro e espoliação da

moradia da população. Com isso, essa postura implica no compromisso com as lutas populares, com o rompimento da profissão da perspectiva assistencialista e reconhecendo o direito da população de baixa renda em acessar aos direitos constitucionais.

O projeto político do assistente social deve caminhar no sentido da autonomia dos sujeitos. Cabe a/ao assistente social, organizado com a equipe multidisciplinar e a população, pensar e fomentar ações que mitiguem o impacto das mazelas da questão social, em especial o déficit habitacional.

Acredita-se, portanto, que para se estimular a diminuição do déficit habitacional em Florianópolis seja necessária a articulação entre as três esferas do poder público, aliados ao controle de novas ocupações irregulares, promoção da regularização urbanística e fundiária nas Áreas de Interesse Social para almejar a garantia do acesso aos direitos sociais. Sem mencionar a necessidade do fomento à produção de novas habitações populares, pois o Estado deve, além de controlar novas ocupações irregulares, ofertar a contrapartida de novas unidades habitacionais acessíveis para a população de baixa renda, justamente para mitigar a reprodução da exclusão territorial.

REFERÊNCIAS

ABRAMIDES, Maria Beatriz Costa; CABRAL, Maria do Socorro Reis (Orgs). **O Serviço social nas relações sociais: movimentos populares e alternativas de políticas sociais**. São Paulo: Cortez: ANAS, 1987.

AFSHAR, Cyrus. **A redução do déficit habitacional e as críticas ao Minha Casa Minha Vida**. São Paulo: Jornal GGN, 2014. Disponível em: <<http://jornalggn.com.br/noticia/areducao-do-deficit-habitacional-e-as-criticas-ao-minha-casa-minha-vida>>. Acesso em: 02 jun. 2019.

ALFONSIN, Betânia. **O significado do estatuto da cidade para os processos de regularização fundiária no Brasil**. In FERNANDES, Edésio, ALFONSIN, Betânia. *Evolução do direito urbanístico*. Belo Horizonte: PUC Minas Virtual, 2006.

AZEVEDO, Sérgio. **Habitação social nas metrópoles brasileiras: Uma avaliação das políticas habitacionais em Belém, Belo Horizonte, Porto Alegre, Rio de Janeiro e São Paulo no fim do século XX**. In: *Coleção Habitare*. Vol. 1 - Capítulo 1. Porto Alegre, ANATAC, 2007.

BLANK, Gilda. **Trabalho Social e a política de habitação**. In: GOMES, Maria de Fatima

Cabral Marques; PELEGRINO, Ana Izabel de Carvalho (Orgs); RIBEIRO, Ana Clara Torres [et al.]. Política de habitação popular e trabalho social. Rio de Janeiro: DP&A, 2005.

BRASIL. Lei nº 10257, de 10 de julho de 2001. **Estatuto da Cidade**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/10257.htm>. Acesso em: 02 jun. 2019.

DAMBROS, Marina Feltrin. **O Aluguel Social como expressão do Déficit Habitacional no Maciço do Morro da Cruz – Florianópolis/SC: Desafios ao Serviço Social**. Trabalho de Conclusão de Curso em Serviço Social. Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2014. Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/xmlui/bitstream/handle/123456789/133024/TCC%20Marina%20Dambros.pdf?sequence=1&isAllowed=y>>. Acesso em: 02 jun. 2019.

FLORIANOPOLIS. Secretaria Municipal de Infraestrutura. **Subprojeto Técnico Social do Projeto Maciço do Morro da Cruz**. Florianópolis, SMI, 2007.

_____. Secretaria Municipal de Infraestrutura. Política Habitacional de Florianópolis. Florianópolis, 2000.

IBGE. **Censo demográfico 1940-2010**. Até 1970 dados extraídos de: Estatísticas do século XX. Rio de Janeiro: IBGE, 2007 no Anuário Estatístico do Brasil, 1981, vol. 42, 1979. Disponível em: <http://seriesestatisticas.ibge.gov.br/series.aspx?vcodigo=POP122>

JUSTINO, Juliane Caetano. **A Política de Habitação em Santa Catarina em tempos recentes (1986-2009)**. 2011. 170 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Serviço Social, Programa de Pós-graduação em Serviço Social, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2011. Disponível em: <<http://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/103345/317488.pdf?sequence=1&isAllowed=y>>. Acesso em: 02 jun. 2019.

MIRANDA, Rogério. **Caracterização do crescimento das favelas em Florianópolis como uma contribuição para o gerenciamento de projetos de habitação popular**. 2010. 68 f. Trabalho de Conclusão de Curso – Curso Pós-Graduação em Gerenciamento de Projetos. Faculdade de Tecnologia do SENAI, Florianópolis, 2010.

MOREIRA, Edison Marques. **Política econômica: Um olhar sobre a atual situação da política habitacional no Brasil**. Indicadores Econômicos Fee, Porto Alegre, v. 40, nº 3, p.21-32, set. 2012.

SILVA, Marliange. **A experiência do Programa Habitar Brasil BID – Região Chico Mendes**: uma análise da participação social. 2008. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2008.

SILVA e SILVA, Maria O. (Coord.). **O Serviço Social e o Popular**: resgate teóricometodológico do projeto profissional de ruptura. São Paulo: Cortez, 1995.

RIBEIRO, Luiz Cesar de Queiroz. **A crise da moradia nas grandes cidades**: da questão da habitação à reforma urbana / Luiz Cesar de Queiroz Ribeiro e Sérgio de Azevedo. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1996.

VÍGOLO, Tamires Cristina. **A atuação dos profissionais de Serviço Social em processos de Regularização fundiária**: a experiência em curso no projeto do Maciço do Morro da Cruz. 2010. 97 f. TCC (Graduação) - Curso de Serviço Social, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2010. Disponível em: <<http://tcc.bu.ufsc.br/Ssocial291049.pdf>>. Acesso em: 02 jun. 2019.